



Estado de Pernambuco
PREFEITURA MUNICIPAL DO SURUBIM
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 047/2009

Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Município de Surubim e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA DE VEREADORES APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

O Prefeito do Município do Surubim, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições definidas na Lei Orgânica Municipal c/c disposições dos art. 37 da Constituição Federal de 1988, envia para apreciação do Poder Legislativo o seguinte:

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º – O Sistema de Controle Interno do Município de Surubim visa a assegurar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos e à avaliação dos resultados obtidos pela administração, nos termos dos Artigos 31, 70 a 75 da Constituição Federal, arts. 29, 31 e 86 da Constituição Estadual e art. 59 da LC nº 101/00, e Resolução TC E/PE nº 001/2009.

Título II

Das Conceituações

Art. 2º – O controle interno do Município de Surubim compreende o plano de organização e todos os métodos e medidas adotados pela administração para salvaguardar os ativos, desenvolver a eficiência nas operações, avaliar o cumprimento dos programas, objetivos, metas e orçamentos e das políticas administrativas prescritas, verificar a exatidão e a fidelidade das informações e assegurar o cumprimento da lei.

Art. 3º – Entende-se por Sistema de Controle Interno o conjunto de atividades de controle exercidas no âmbito do Poder Executivo Municipal, incluindo as Administrações Direta e Indireta, de forma integrada, compreendendo particularmente:

I – o controle exercido diretamente pelos diversos níveis de chefia objetivando o cumprimento dos programas, metas e orçamentos e a observância à legislação e às normas que orientam a atividade específica da unidade controlada;

II – o controle, pelas diversas unidades da estrutura organizacional, da observância à legislação e às normas gerais que regulam o exercício das atividades auxiliares;



Estado de Pernambuco
PREFEITURA MUNICIPAL DO SURUBIM
GABINETE DO PREFEITO

III – o controle do uso e guarda dos bens pertencentes ao Município de Surubim, efetuado pelos órgãos próprios;

IV – o controle orçamentário e financeiro das receitas e despesas, efetuado pelos órgãos dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Contabilidade e Finanças;

V – o controle exercido pela Unidade de Controle Interno destinado a avaliar a eficiência e eficácia do Sistema de Controle Interno da administração e a assegurar a observância dos dispositivos constitucionais e dos relativos aos incisos I a VI, do Artigo 59, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único – Os Poderes e Órgãos referidos no *caput* deste Artigo deverão se submeter às disposições desta lei e às normas de padronização de procedimentos e rotinas expedidas no âmbito de cada Poder ou Órgão, incluindo as respectivas administrações Direta e Indireta, se for o caso.

Art. 4º – Entende-se por Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno as diversas unidades da estrutura organizacional, no exercício das atividades de controle interno inerentes às suas funções finalísticas ou de caráter administrativo.

Título III

Das Responsabilidades da Unidade de Controle Interno

Art. 5º – São responsabilidades da Unidade de Controle Interno referida no Artigo 7º, além daquelas previstas nos arts. 74 da CF e arts. 29, 31 e 86 da Constituição Estadual também as seguintes:

I – coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do Município de Surubim, incluindo suas administrações Direta e Indireta, promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

II – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apreciação dos recursos;

III – assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

IV – interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;



Estado de Pernambuco
PREFEITURA MUNICIPAL DO SURUBIM
GABINETE DO PREFEITO

V – medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;

VI – avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimento;

VII – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;

VIII – estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos correspondentes Poderes e Órgãos, inclusive suas administrações Direta e Indireta, bem como na aplicação de recursos públicos em entidades de direito privado;

IX – aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X – acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XI – participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária;

XII – manifestar-se quando solicitado pela administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e validade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XIII – propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos e agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XIV – instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;

XV – alertar imediatamente a autoridade administrativa competente para que instaure processo de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos caracterizados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em



Estado de Pernambuco
PREFEITURA MUNICIPAL DO SURUBIM
GABINETE DO PREFEITO

prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XVI – revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelos Poderes e Órgãos, incluindo a suas administrações Direta e Indireta, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

XVII – representar ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, sobre irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não-reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração;

XVIII – emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração.

Título IV

Das Responsabilidades de todas as Unidades Executoras do Sistema de Controle Interno

Art. 6º – As unidades componentes da estrutura organizacional do Poder ou Órgão indicados no parágrafo do Artigo 3º, incluindo as administrações Direta e Indireta, têm as seguintes responsabilidades:

I – exercer os deveres estabelecidos nos diversos sistemas administrativos afetos à sua área de atuação, que tange a atividades específicas ou auxiliares, objetivando a observância à legislação, a salvaguarda do patrimônio e a busca da eficiência operacional;

II – exercer o controle, em seu nível de competência, sobre o cumprimento dos objetivos e metas definidas nos Programas constantes do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Orçamento Anual e no cronograma de execução mensal de desembolso;

III – exercer o controle sobre o uso e guarda de bens pertencentes ao município, incluindo suas administrações Direta e Indireta, colocados à disposição de qualquer pessoa física ou jurídica que os utilize no exercício de suas funções;

IV – avaliar, com respeito da legalidade, a execução dos contratos, convênios e instrumentos correlatos, afetos ao respectivo sistema administrativo, abrangendo as administrações Direta e Indireta;

V – comunicar ao Sistema de Controle Interno, sob pena de responsabilidade solidária a eventual irregularidade detectada.

Título V



Estado de Pernambuco
PREFEITURA MUNICIPAL DO SURUBIM
GABINETE DO PREFEITO

III - instituir trabalho ou comissão em caráter temporário, para a instrução de demandas, com finalidade de auxiliar nas atividades inerentes à Ouvidoria Municipal;

IV - gerir a execução de procedimentos e a regularidade de disseminação de informações e documentos avaliatórios no desempenho de suas funções;

V - analisar o prejuízo do interesse público nas relações de prestação e usufruto dos serviços;

§ 4º - Encarregado provimento do cargo a que alude o inciso II, deste artigo, por concurso de desempenho das respectivas funções será desenvolvido por servidor efetivo lotado na Secretaria de Finanças com comprovada experiência em recursos públicos, com conhecimentos nas áreas de orçamento e contábil.

Capítulo III
DAS NOMEAÇÕES

Art. 9º - Indicação e nomeação para o exercício de função ou cargo relaciona-se com a esfera de Controle Interno ou com a Ouvidoria, de pessoas que tenham sido condenadas por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas, por prazo superior a 5 (cinco) anos:

I - responsáveis por atos julgados irregulares, de forma definitiva, pelos Tribunais de Contas;

II - punidos por ato da qual não caiba recurso na esfera administrativa, em processo de improbidade administrativa, por ato lesivo ao patrimônio público, em qualquer esfera de governo;

III - condenados em processo por prática de crime contra a Administração Pública, nos arts. 312 e 313 da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492, de 1986, ou por ato de improbidade administrativa previsto na Lei nº 8.429, de 1992.

Capítulo IV
DAS VEDAÇÕES E GARANTIAS

Art. 10 - São vedados aos servidores municipais com função nas atividades de Controle Interno ou na Ouvidoria:

I - atividades de natureza estritamente administrativa;



Estado de Pernambuco
PREFEITURA MUNICIPAL DO SURUBIM
GABINETE DO PREFEITO

II – patrocina a Administração Pública Municipal.

Art. 11 – processo, documento ou informação poderá ser sonegado aos serviços internos, no exercício das atribuições inerentes às atividades de auditoria e avaliação de gestão.

Parágrafo – agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, prejuízo à atuação do sistema de controle interno no desempenho das funções funcionais ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Art. 12 – quem exercer funções relacionadas com o Sistema de Controle Interno do Município não poderá divulgar sigilo sobre dados e informações obtidas em decorrência do exercício das atribuições e pertinentes aos assuntos sob a sua fiscalização, nem a utilização de relatórios e pareceres destinados ao titular da Unidade de Controle Interno, ao Chefe do Poder Executivo e ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de se for o caso, responder criminalmente.

Título VI
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 – O Auditor de Controle Interno responderá frente à administração municipal e ao Tribunal de Contas do Estado por quaisquer atos que atentem contra a legalidade, a impessoalidade, eficiência e publicidade, bem como que contrariem as constantes da legislação específica e nesta lei.

Art. 14 – O Poder Executivo Municipal autorizado a adequar os instrumentos de execução desta Lei, e, ainda, a abrir créditos suplementares até o limite operacionalização do Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

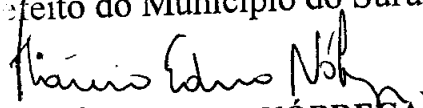
Art. 15 – É facultada a contratação de assessorias e/ou consultorias técnicas para os integrantes do Órgão Central do Sistema de Controle Interno.

Art. 16 – O Prefeito poderá regulamentar esta Lei no que couber por Decreto.

Art. 17 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

2009.

Prefeito do Município do Surubim, em 29 de julho de


FLÁVIO EDNO NÓBREGA
Prefeito